

Golden Gate: o livre exercício da profissão e a liberdade de escolha dos pacientes

A relação entre médicos e operadoras de planos de saúde no Brasil sempre foi marcada por desentendimentos. Em geral, os problemas só são resolvidos mediante pressões de grupos médicos, protestos coletivos, greves ou movimentos similares

As operadoras, escudadas no poder absoluto de credenciar e descredenciar os médicos e no de direcionar os clientes exclusivamente para seu grupo de credenciados, exercem, há décadas, uma grande pressão sobre os profissionais. Interferem, de toda a maneira, em sua prática profissional. Estabelecem arbitrariamente o valor dos honorários, atrasam pagamentos sob a forma de glosas, negam autorizações para tratamentos, criam entraves burocráticos desnecessários, e assim por diante.

A maioria das mobilizações de médicos – desde as célebres campanhas pela implantação da Tabela AMB 90 até a mais recente, pela implantação da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) – têm por objeto a questão dos honorários.

Há, no entanto, uma questão fundamental, anterior e mais grave: a da autonomia profissional. A do direito de todo médico poder exercer livremente a sua profissão, sem discriminações, em competição igualitária com seus colegas, tendo, por base, somente, a competência e o mérito.

Na década de 80, os anestesiólogos já haviam enfrentado corajosamente esse problema ao decidirem desvincular-se de todas as operadoras. São, por causa disso, até hoje reconhecidos e respeitados por seus colegas e pela população.

Essa foi também a fórmula escolhida

pelos angiologistas e cirurgiões vasculares do Rio de Janeiro quando, na década de 90, criaram a Coopangio e resolveram passar a atender os convênios através dela. E, começaram essa prática pela Golden Cross, à época, a maior empresa e a que mais os desrespeitava. Em maio de 1996, após inúmeras assembleias, com o prévio e explícito apoio de centenas de colegas de especialidade, mais de 90% dos vasculares credenciados da Golden Cross – embora para muitos deles representasse aquele convênio a fonte principal de rendimentos – descredenciaram-se em conjunto do mesmo, por abaixo-assinado, e reivindicaram um contrato coletivo através da Coopangio.

Mesmo com a possibilidade de obtenção de honorários melhores e de exercer livremente a sua profissão, oito médicos recusaram-se a aderir ao movimento e optaram por continuar vinculados ao convênio. A alegação era a de não poderem arcar com as perdas financeiras do descredenciamento.

O Dr. José Carlos Mayall contesta a justificativa: "Essa alegação da representatividade do faturamento como argumento, é inconsistente. Mas infelizmente fez e faz parte do pensamento de alguns. Nesse ponto, creio que o profissional desconhece o seu valor, quando privilegia o convênio e não cria possibilidade de atendimento fora do sistema. Aderir ao movimento foi simplesmente usar

o bom-senso. Pensar no amanhã. O descredenciamento, seguido pelo contrato coletivo, traz oportunidades iguais a todos os especialistas de exercer eticamente sua profissão. A existência de regras claras, de valores justos de honorários acordados pelas partes, de auditorias isentas, com a participação dos órgãos de defesa do consumidor, traria, por certo, ao sistema maior credibilidade", pondera.

Em setembro de 1996, em apoio ao movimento e após inúmeras tentativas de negociação, o Dr. José Carlos Mayall – com os demais membros de sua equipe, Drs. Francisco G. Martins, José C. Leite Antunes e Alexandre Craveiro – afastou-se do Hospital Metropolitano, pertencente à Golden Cross, onde trabalhava desde 1971. Conta o Dr. Mayall que os problemas vinham, já há tempo, se agravando. "Existiam tabelas com diferencial a menor, prazos com diferencial a maior e planos com diferentes limitações, em desrespeito ao que fora pactuado e à própria ética médica", revela.

Ele lembra que, nesta fase, a Coopangio surgiu como uma alternativa trabalhista, propondo uma mudança na relação entre médicos e convênios. No momento de sua saída do Hospital Metropolitano, o movimento prestou, a ele e sua equipe, todo o apoio necessário: "Nossa Sociedade prontamente reagiu quando soube da aproximação de uma profissional para assumir a vaga deixada

pela equipe. O fato foi levado ao conhecimento do Cremerj e resultou no imediato afastamento da médica", exalta. Esse episódio, aliás, constituiu-se em fato isolado. Ele faz questão de ressaltar "a coerência e solidariedade dos colegas que se negaram a assumir a 'vaga' naquelas condições", justifica.

O Dr. Marcio Meirelles, presidente da Coopangio, explica como é importante a existência de uma alternativa aos planos de saúde, pois muitos médicos são simplesmente descartados, de surpresa, pelas operadoras, quando estas decidem

diminuir a rede credenciada. Esse descredenciamento interrompe, de forma arbitrária, o relacionamento do médico com uma parcela importante de sua clientela, interfere no tratamento de pacientes e significa súbita perda de rendimentos para o profissional. Ele lembra ainda que o credenciamento do médico pelo convênio também não obedece a qualquer critério, pois como os planos de saúde, alegam não poder agregar todos os profissionais, os médicos mais novos vêem-se excluídos do sistema.

Para o Dr. José Carlos Mayal, o con-

trato coletivo também daria credibilidade ao sistema: "Nessas condições não veríamos faturamento de milhares de sessões de escleroterapia num mês, nem glo-sas sistemáticas de 30%", conclui.

A SBACV-RJ e a Coopangio buscaram a adesão de todos os angiologistas e cirurgiões vasculares, tanto os associados quanto os não associados. O Dr. José Amorim, diretor de Defesa Profissional à época dos acontecimentos, destaca que muitos que, até então, não pertenciam à Sociedade, a ela se associaram ao perceberem que se lutava, de forma trans-

Rio. 16/09/96

Aos colegas da SBACV e da Coopangio

Para nós, Chega!

Após infrutíferas tentativas de entendimentos, a Equipe Vascular se afasta do Hospital Metropolitano. Por não obter sequer uma resposta às suas pretensões (tática costumeira da Golden Cross), não restou ao grupo outra alternativa senão a de encerrar suas atividades naquele hospital, mantendo coerência com sua postura desde o início das discussões relacionadas com a nova forma de relacionamento com as empresas que intermedeiam serviços de saúde.

Dados Históricos: O Hospital Metropolitano nasceu em Janeiro de 1994, quando a Golden Cross adquiriu em leilão o prédio onde funcionava o Hospital Fabiano de Cristo. Os médicos tiveram que constituir firmas para o novo relacionamento, um contrato seria celebrado e muitas outras promessas foram feitas. A Equipe Vascular logo se organizou, com escalas cobrindo 24

horas nos atendimentos de Emergência, escala de ambulatório, pareceres, etc. A outra face não tardou em se mostrar. Tabelas com diferencial (a menor, é claro), prazos constantemente alterados (a maior, é claro!), glosas disfarçadas em "falhas administrativas",...Resumindo - um DESRESPEITO! Surgiu então a Coopangio, que se propunha a mudar essa relação injusta e cruel entre os prestadores de serviço e a maioria das empresas. Nessa época procuramos as Gerências Administrativa e Médica do Metropolitano a quem expusemos as idéias e tivemos a confirmação de que não haveria problemas num contrato com a Coopangio. Esgotado o prazo de negociações e ocorrido o descredenciamento coletivo, voltamos ao assunto através de carta encaminhada em 19/07/96, carta essa que foi apresentada em Assembléia da Coopangio dias antes (H. Lagoa). Nesse ínterim, o atendimento no hospital permaneceu inalterado, tudo, porém, em concordância com as decisões das assembleias, que entendiam tratar-se de uma situação especial e temporária, uma vez que no Metropolitano se atende diversos outros convênios (Ciefas e mesmo outras empresas de medicina de grupo.

Ressaltamos que até a presente data não houve um só caso de cirurgia em paciente que tenha vindo de algum colega descredenciado. No final de agosto, o gerente administrativo foi afastado e o seu substituto nos afirmou que não tem autonomia para resolver a questão e que recebeu orientação de aguardar).

Claramente vemos que não há interesse de realizar um contrato isolado da Golden Cross com a Coopangio para atendimento no Metropolitano, o que inviabiliza totalmente nossa permanência. Lamentamos perder um espaço que foi conquistado em 25 anos, principalmente pelo harmonioso e profícuo relacionamento com a grande maioria do Corpo Clínico que ali exerce dignamente sua atividade. Ao mesmo tempo saímos de cabeça erguida, consciente do dever cumprido e cheios de esperança de que esse nosso gesto colabore para a causa da nossa cooperativa.

*José C. Mayall
Francisco G. Martins
José C. Leite Antunes
Alexandre Craveiro*

O momento é outro, mas o caminho é a união, através da Coopangio

O processo de descredenciamento coletivo é muito anterior à minha época como presidente da SBACV-RJ e não se tratou propriamente de envolver os médicos em um movimento. Pelo contrário, se tratou dos médicos envolverem a Sociedade para defendê-los, na busca de um relacionamento mais digno entre empresa e credenciado.

A SBACV-RJ à época entendeu que, a exemplo dos anesthesiologistas, a criação de uma cooperativa de angiologistas, como um braço "trabalhista", lhe daria mais unidade e legitimidade. Com este espírito foi idealizada e criada a Coopangio, com apoio expressivo dos sócios de nossa Regional.

A seguir, uma vez fracassadas as tentativas de negociação com os convênios, onde se tentava basicamente implantar uma tabela única de honorários, a da AMB versão 92, e o credenciamento coletivo, foi proposto em assembléia e aprovado pela maioria dos presentes o início do descredenciamento coletivo, como forma de pressão.

Não era desejável um descredenciamento geral, de todas as empresas – a exemplo de outros movimentos anteriores não bem sucedidos – com base na impossibilidade dos médicos, especialmente os mais jovens, verem diminuída repentinamente sua receita mensal e isso se manter por prazo indeterminado. Assim, foi votado o descredenciamento de apenas uma empresa, de cada vez.

Também foi votado e aprovado pela maioria a escolha da Golden Cross como a primeira delas, em virtude de,

à época, ser esta a empresa que mais desrespeitava a relação com o credenciado. Posso dizer que a adesão ao movimento foi muito grande, graças principalmente à competente e dedicada atividade do Dr. Marcio Meirelles, sócio fundador da Coopangio, como eu, e primeiro presidente, eleito por unanimidade.

É lastimável, além de antiética a postura de colegas que, por motivos diversos não aderem aos movimentos de classe. Enganam-se achando que os movimentos não conseguirão as mudanças pretendidas e permanecem se submetendo às exigências vilipendiantes da empresa, esquecendo-se de que, mais dia, menos dia, estas exigências se tornarão insuportáveis e, sozinhos, não conseguirão se defender.

As justificativas para a não adesão são as mais diversas. A referida empresa poderia representar a maior fonte de receita para estes colegas, como o era para os demais, que abdicaram temporariamente dela e se engajaram no movimento, buscando um resultado melhor, no final.

Na realidade, o que não é dito, mas acontece, é que o médico que não participa do descredenciamento, durante algum tempo, vai se locupletar de clientes dos outros colegas que aderiram. O que é uma atitude, no mínimo, não ética, a meu ver.

De qualquer forma, o julgamento sobre a ética da matéria cabe ao Cremerj, ou ao CFM e, para aquele órgão foi encaminhada tempestivamente a denúncia de não adesão e a queixa de prejuízo ao movimento, pela Coopangio.

Confesso que a lentidão da tramitação desse processo pelo Cremerj, bem como

a sua posição atual, tem me decepcionado. Como participante do movimento e como médico, com consultório em Copacabana, região profundamente prejudicada pela não adesão, e também porque o movimento daquela empresa representava mais do que a metade dos clientes que frequentavam meu consultório, eu esperava um curso diferente e mais rápido.

A receptividade dos pacientes ao sistema de reembolso não foi boa, no meu consultório. Os clientes que já tinham alguma ligação comigo permaneceram. Os demais, não. Mesmo porque, além do convênio oferecer outra alternativa, o país atravessa uma complicada fase de dificuldade financeira, onde há crise de desemprego, muitas pessoas por isso perdendo direito aos seus convênios, as mensalidades dos planos de saúde cada vez mais caras e, portanto, qualquer desembolso a mais não é bem visto.

Meu posicionamento atual sobre o problema dos convênios transcende a Golden Cross. Mesmo porque essa empresa já perdeu a força e a liderança que tinha à época (ousar dizer que um dos motivos foi a escassez de angiologistas e cirurgiões vasculares em seu livro de credenciados). Há necessidade de rever posições e objetivos, uma vez que muitos outros problemas surgem a cada dia. O momento é outro, mas o caminho, não tenho dúvidas, é a união, através da Coopangio, principalmente agora que ela ganha força e credibilidade entre nós, com sete convênios!!

Marcio Arruda Porillo

parente e solidária, para resgatar direitos inerentes à profissão médica. Várias entidades médicas também se manifestaram em apoio aos vasculares. Os jornais do Cremerj e da Somerj divulgavam com regularidade notícias sobre o movimento. O CFM remeteu ofício de solidariedade e estímulo à luta.

Os angiologistas do Rio de Janeiro continuam, atualmente, a atender aos pacientes da Golden Cross sem qualquer vínculo com a operadora. O atendimento é feito mediante pagamento direto de honorários e posterior reembolso ao paciente, sem qualquer preenchimento de guias. Pouquíssimos são os que se mantêm credenciados. O Dr. Marcio Arruda Portilho, sócio fundador da Coopangio, adverte sobre a atuação desses médicos e lembra que o problema dos convênios médicos transcende a Golden Cross.

Para o Dr. José Carlos Mayall, o julgamento de conduta no Cremerj é ainda essencial para o futuro dos movimentos de classes: "O que esperamos é que haja uma definição justa por parte do Cremerj, que claramente aponte se são ou não válidos movimentos de classe desta natureza, e se pode alguém permanecer fora do movimento auferindo vantagens daí decorrentes", avalia.

O presidente da Regional, Dr. Sergio S. Leal de Meirelles, confia em que, após a conclusão deste processo ético, se possa ampliar o movimento a outras operadoras e com elas estabelecer contratos coletivos. Isto será bom para os médicos, diminuirá as despesas administrativas das operadoras e beneficiará o paciente que poderá escolher livremente seu médico e, em vez de ter que ir ao convênio buscar um reembolso, assinará simplesmente uma guia

de atendimento. A proposta de um contrato coletivo é também defendida e praticada por outros segmentos médicos. É o caso da Central Médica de Convênios, no Rio de Janeiro, da Central Médica de Brasília, do Sinasa, em São Paulo, etc. E, com as crescentes dificuldades e sucessivos impasses enfrentados pelo sistema de convênios, é provável que venha a ganhar novos espaços.

Para os angiologistas e cirurgiões vasculares do Rio de Janeiro, a luta continua. Com o apoio de sua Regional e da Coopangio seguem firmes e solidários na defesa da autonomia e da dignidade de sua profissão. E lamentam profundamente que a conduta de uns poucos, pouquíssimos, tenha permitido à Golden Cross manter sua posição intransigente contra o credenciamento com a Coopangio.


[Home](#)
[Associações Estaduais](#)
[Sociedades de Especialidade](#)
[Institucional](#)
[Notícias da AMB](#)

CREMERJ JULGA MÉDICOS POR NÃO ADERIREM A DESCRENCIAMENTO COLETIVO

Dez angiologistas do Rio de Janeiro serão julgados nesta quarta-feira (18 de maio) pelo Conselho Regional de Medicina. Eles são acusados de infringir o artigo 15 do Código de Ética, que trata da defesa profissional. É o primeiro julgamento do gênero com a aprovação de mais de 95% dos membros de uma especialidade.

Todo o processo começou em 1996, quando a Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular – Regional Rio (SBACV-RJ) solicitou à Golden Cross, uma modificação na forma de escolha dos seus credenciados. "Propunha-se a substituição de contratos individuais, de escolha aleatória, por contratos coletivos, de modo a proporcionar à população uma ampla e democrática liberdade de escolha do seu médico", explica José Amorim de Andrade, que na ocasião era diretor de Defesa Profissional da SBACV-RJ.

Como a operadora recusou, os especialistas optaram, em assembléia, pelo descredenciamento coletivo. O diretor da SBACV-RJ observa que "a decisão tem sido mantida, desde então, por cerca de 500 especialistas, mas foi – e continua sendo – ignorada pelos 10 médicos que agora respondem ao processo sigiloso no Cremerj".

A Golden Cross fôra escolhida porque, na ocasião, era a maior operadora no Rio de Janeiro, mas a ação por melhores condições de trabalho não deve ficar restrita a esta operadora. "O exercício da ética deve ser balizador da conduta profissional. Vale lembrar que o resultado desse julgamento poderá beneficiar também a população, uma vez que as conquistas, junto às operadoras de planos de saúde, impactam diretamente na qualidade do atendimento médico", analisa Amorim.

O julgamento já extrapolou os limites do Estado do Rio e é alvo de grande expectativa entre os especialistas de todo o Brasil – está sendo considerado um marco na luta pela dignidade e ética no exercício profissional da medicina. Na quarta-feira, 21 conselheiros do Cremerj analisarão cada caso. As penalidades vão de advertência à cassação do registro profissional. Para a SBACV-RJ o julgamento possibilitará, ainda, ampliar as discussões sobre a assistência à saúde.